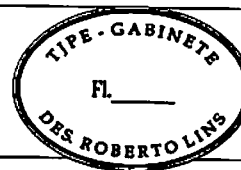




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



97

Habeas Corpus n.º 330753-1 – São José da Coroa Grande (Vara Única)

Impetrante: O Bel. Antônio Francisco de Melo Neto
Paciente: José Wedson dos Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Convocado:
Procuradora: Drª. Yélena de Fátima Monteiro Araújo
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVOLADA EM PREVENTIVA. ALEGATIVAS DE QUE O IMPUTADO É USUÁRIO E NÃO TRAFICANTE, DIREITO DO PACIENTE AO CONSEGUIMENTO DA LIBERDADE INTERINA E EXCESSO DE PRAZO. PRIMEIRA SUSCITAÇÃO NÃO CONHECIDA. DEMAIS ARGUIÇÕES REJEITADAS. COAÇÃO EXTRALEGAL NÃO CONFIGURADA. *MANDAMUS* PARCIALMENTE CONHECIDO E DENEGADO. 1. A alegação de que o paciente é simples usuário de droga e não traficante não pode ser conhecida na via estreita do *habeas corpus*, por demandar exame aprofundado da prova, genuíno da cognição exauriente da ação penal. 2. Inexistindo prova pré-constituída das alegadas condições pessoais favoráveis, tendo o togado, por sinal, clarificado que a gravidade concreta do crime de tráfico faz exsurgir o permissório da garantia da ordem, colhe-se que o decreto preventivo está em plena sintonia com as prescrições do CPP, tornando inviável o acolhimento do anelo de conferimento ao paciente da liberdade interina. 3. Estando a ação penal, no atual estágio, a tramitar na mais tranquila seara da razoabilidade, decorrendo a dilação até agora verificada da falta de apresentação da defesa prévia pelo advogado constituído, não procede a cogitação de coação extralegal por excesso injustificável de prazo. 4. *Mandamus* parcialmente conhecido e denegado. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

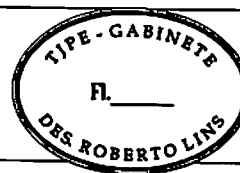
Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 330753-1, da Comarca de São José da Coroa Grande, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conhecer parcialmente da ordem e denegá-la, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, ____/____/____.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



88

Habeas Corpus n.º 330753-1 – São José da Coroa Grande (Vara Única)

Impetrante: O Bel. Antônio Francisco de Melo Neto
Paciente: José Wedson dos Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Convocado:
Procuradora: Dr.ª Yélena de Fátima Monteiro Araújo
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pleito de liminar, impetrado pelo Bel. Antonio Francisco de Melo Neto, através de preambular de fls. 02 a 15, em favor de José Wedson dos Santos, apontando como autoridade coatora o Juiz da Comarca de São José da Coroa Grande.

Argumenta o impetrante, em suma, que o paciente, que é viciado e não traficante, está sofrendo constrangimento ilegal porque ostenta atributos pessoais favoráveis à consecução da liberdade provisória, inclusive, por força do princípio da presunção de inocência, negada pela autoridade impetrada, assim como decorrente de excesso injustificável de prazo para o início da instrução, quando ele se encontra preso desde o dia 04 de maio de 2013.

Pede, alfim, a concessão da ordem, com a expedição de alvará de soltura.

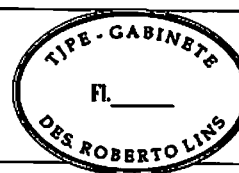
Indeferido o pleito de liminar (fl. 39), a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 45 a 46, com acompanhamento dos documentos de fls. 47 a 73, fazendo um histórico do fluxo da ação penal de nº 0000344-96.2013.8.17.1320, instaurada contra o paciente por acusação de violação do artigo 33 da Lei nº 11.343/06, acrescentando que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva com fiança no permissório da garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta do crime a ele atribuído, salientando, outrossim, que foi indeferido pleito de liberdade provisória, em virtude da persistência dos pressupostos da medida extrema.

Adiu que foi expedida carta precatória para a notificação do paciente, ainda não devolvida, constando dos autos a habilitação de novo patrono do enfocado imputado, que não apresentou, até o momento, a defesa do réu, estando o feito ainda a tramitar no sítio da razoabilidade.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 79 a 83, opinando no sentido da denegação da ordem, por entender que a prisão preventiva do paciente tem espeque no permissivo da garantia da ordem pública, ressaltando que a dilação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 330753-1 – São José da Coroa Grande (Vara Única)

até agora verificada no trâmite da ação penal não pode ser atribuída ao Juízo, mas sim ao novo patrono habilitado, que não apresentou ainda a defesa do acusado/paciente.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Ressalto, de início, que o tópico mandamental respeitante à anunciada condição de usuário do paciente não pode ser conhecido na via estreita do *mandamus*, por demandar exame aprofundado da prova, genuíno da cognição exauriente da ação penal.

Por outro lado, adianto a Vossas Excelências, sem a necessidade de muitas palavras, que o presente remédio heróico está merecer o desfecho da denegação, especialmente porque a prisão preventiva do paciente está devidamente motivada no permissório da garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta do crime a ele atribuído, tráfico de entorpecentes, não sendo ocioso lembrar que o ilustre impetrante também não fez nenhuma prova de que o focalizado José Wedson dos Santos efetivamente ostenta as anunciadas condições pessoais favoráveis ao conseguimento da liberdade interina.

Por outro lado, no tocante ao excogitado excesso injustificável de prazo para o início da instrução, constato, ao lume das informações prestadas pela autoridade impetrada, que o feito criminal catalisador deste *Writ* ainda está a tramitar no sítio da razoabilidade, não podendo ficar o olvido, nesse cenário, que o Juiz vem tentando imprimir curso expedito à ação penal e que a dilação até agora constatada conta com a participação do advogado constituído pelo paciente, que não apresentou, até agora, a defesa preliminar do imputado em apreço.

Reforço e reitero que o feito criminal em apreço vem exibindo curso no sítio da razoabilidade, não estando o paciente a sofrer, sob qualquer ângulo de análise, coação ilegal.

Dispenso-me, assim, de outras considerações, para votar, como voto, com o adminículo do parecer da operosa Procuradoria de Justiça, no sentido do conhecimento parcial da ordem e de sua denegação.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto

Relator Convocado